

# Resumo de notícias econômicas

06 de Setembro de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 168

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 06 SETEMBRO DE 2021

## Juros, dólar e China balizam as recomendações para setembro

### O Estado de S. Paulo

O conturbado cenário político e econômico do País tem tornado difícil a tarefa de fazer previsões sobre empresas e setores que podem trazer ganhos aos investidores em renda variável, sobretudo no curto prazo. Mas há alguns negócios que devem se beneficiar, segundo levantamento feito pelo Broadcast, com base nas carteiras recomendadas para setembro.

Para boa parte dos analistas, as ações de bancos e seguradoras ganham com a alta da taxa de juros pelo Banco Central. Nesse cenário, as instituições se beneficiam de spreads (diferença entre o custo da captação do dinheiro e do repasse aos correntistas) mais altos nas concessões de empréstimos ou com a remuneração melhor das aplicações financeiras.

Paralelamente, empresas com receitas em dólar ou em euros podem ser favorecidas pela retomada da economia em alguns países. O estrategista de ações da Santander, Ricardo Peretti, diz que o iminente início do tapering (retirada de estímulos monetários pelos EUA) tende a ajudar na alta do dólar ante as moedas emergentes.

Há ainda ações negociadas abaixo de seu potencial, que podem ter bons retornos em dividendos e ganhos patrimoniais, diz Álvaro Bandeira, do Modalmais. Nessa lista, ele elenca empresas de alimentos e alguns bancos.

Na outra ponta, dos setores com perspectivas negativas, estão os que dependem da China - seja pelas interferências governamentais ou pelo crescimento menor do que esperado, o que pode afetar a demanda, diz a analista, Julia Monteiro, do Mycap. Entram nessa categoria negócios relacionados a commodities.

No front doméstico, diz o analista do Banco Daycoval, Vitor Suzaki, o cenário ainda é de volatilidade em função da crise política, com indicadores econômicos se deteriorando e inflação alta. "Este conjunto de fatores tende a ser negativo para o setor varejista como um todo e menos impactante para consumo não cíclico".

Há ainda a preocupação com a proposta de reforma tributária aprovada na Câmara que acaba com Juros sobre Capital Próprio (JCP) e pode “espantar” investidores. O texto ainda vai ao Senado.

Com relação às recomendações para o mês, a Ágora trocou toda a carteira. Entraram Ambev ON, Assaí ON, Itaúsa PN, Vale ON e Weg ON, e saíram BTG Pactual Unit, Méliuz ON, Lojas Renner ON, Simpar ON e Taesa Unit. O BB Investimentos manteve Ambipar ON e Ferbasa PN; entram Itaú PN, Iochpe Maxion ON e Vale ON, saindo Méliuz ON, JBS ON e Simpar ON.

## **Mercado corrige excesso de euforia com Ibovespa**

### **Broadcast**

O mercado financeiro corrigiu o excesso de otimismo com as ações para o curtíssimo prazo no Termômetro Broadcast Bolsa, que tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte. Entre os participantes, a expectativa de alta na semana que vem caiu a 61,54%, de 84,62% na pesquisa anterior. A percepção de estabilidade saltou de 7,69% para 30,77% e a de queda manteve-se em 7,69%. O índice da B3 teve perda semanal de 3,1%.

A próxima semana é mais curta para os mercados. Enquanto os Estados Unidos celebram o Dia do Trabalho na segunda-feira, na terça é feriado no Brasil em comemoração ao Dia da Independência, com os respectivos mercados fechados em ambas as datas. No Brasil, há grande expectativa em relação às manifestações programadas para 7 de Setembro, das quais o presidente Bolsonaro promete participar. “Como a semana não acaba bem para o presidente, que continua esticando a corda, a incerteza vai crescendo”, alerta o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Lima Gonçalves.

Entre os destaques da agenda estão o IPCA de agosto, no dia 9, e a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), referente a julho, no dia 10. O Bradesco estima alta de 0,69% para o índice de inflação. “Acreditamos que agosto e setembro devam representar o pico da alta dos preços nessa métrica e que, a partir daí, a descompressão das commodities e dos bens industriais se somarão aos efeitos do ajuste na política

monetária, favorecendo a desaceleração da inflação”, dizem os economistas do banco, em relatório. No exterior, saem dados da economia da China e o Banco Central Europeu (BCE) tem reunião de política monetária.

## **Inflação da energia corrói renda no País**

### **O Estado de S. Paulo**

Essencial no dia a dia de famílias e empresas, um grupo de produtos do setor de energia está corroendo a recuperação da economia. Os preços da energia elétrica, da gasolina e do óleo diesel deram um salto no fim do ano passado e, desde então, não param de subir. Em julho, eles foram os principais responsáveis pela inflação, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – último divulgado pelo IBGE. O cenário vislumbrado para 2022 é ainda mais preocupante, segundo especialistas, principalmente diante da crise energética e da perspectiva de reajustes que impactam a conta de luz.

“O contágio da alta dos preços da energia elétrica e dos combustíveis é amplo na economia. É difícil de medir porque muitas variáveis influenciam, como a concorrência e a pressão nos custos. Mas uma certeza nós temos: o impacto é muito maior do que o materializado no orçamento familiar e na inflação”, diz André Braz, coordenador adjunto do Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A energia elétrica é usada pela indústria e pelas empresas prestadoras de serviço. A indústria automobilística, utiliza muita energia. “Se a energia fica mais cara, a indústria aumenta o seu custo e uma parte disso vai para o preço final. A mesma coisa acontece com o combustível”, afirma Braz. Ele lembra que o óleo diesel movimenta a frota dos caminhões. O combustível movimenta os ônibus urbanos, que transportam as pessoas para o trabalho.

Entre todos os produtos do grupo de energia, a gasolina e o diesel são, atualmente, os grandes vilões de preços, com altas de 39,65% e 36,35%, respectivamente, no período de 12 meses até julho deste ano. Nesse intervalo de tempo, os dois combustíveis se valorizaram mais do que o filé mignon (33,56%), considerado um produto de luxo. Já a eletricidade aumentou 20,09%, maior alta desde setembro de 2018.

“A pressão dos preços desse grupo de produtos funciona como um imposto, porque afeta todo mundo. Por enquanto, há acesso a crédito. As pessoas estão pegando dinheiro emprestado para manter as contas em dia. Mas, no ano que vem, a inadimplência tende a crescer e aí, sim, podemos perder bastante”, diz Carlos Thadeu de Freitas, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na indústria, a alta dos preços, especialmente da energia elétrica, pode comprometer os planos de recuperação após um período crítico em razão da pandemia. O setor estava retomando os níveis de produção de 2019, quando foi pego pela crise hídrica e pela alta da tarifa de eletricidade. “A principal preocupação é o aumento de custos, repassado para o preço dos produtos. Isso diminui a demanda. Por isso, pode afetar a retomada da economia e a recuperação da produção e do emprego industrial”, afirma Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres.

Gustavo Cardoso, sócio da fábrica DM Vidros, no interior de São Paulo, conta que já tinha energia contratada a um preço mais baixo para todo o ano de 2021. Mas vai ser obrigado a comprar novo suprimento para o ano que vem, justamente neste momento de sobrevalorização do megawatt hora (MWH). Na tentativa de conseguir um preço melhor, tem apresentado uma proposta de contratação num prazo maior, até 2025. Não tem tido muito sucesso nas negociações. “Reduziremos a margem, porque não conseguimos repassar o aumento de custo para os clientes. Tivemos de mudar a estratégia no curto prazo. Com o combustível mais caro, fomos obrigados a priorizar os clientes mais próximos”, disse ele.

No orçamento das famílias, além da eletricidade e dos combustíveis automotivos, tem pesado o preço do gás de cozinha, que, em algumas cidades, custa mais de R\$ 100. O botijão de gás ficou 29,29% mais caro, segundo o IPCA. Essa é a maior alta registrada desde maio de 2003. Como consequência, está subindo a inflação do carvão vegetal (6,64%), utilizado por famílias mais pobres para cozinhar, quando o preço do botijão de gás sobe.

A valorização do botijão afeta, por exemplo, trabalhadores que recorreram ao comércio de refeições para sobreviver à crise. André Luís Silva vende quentinhas em

calçadas no centro do Rio. Neste ano, começou a perder dinheiro com combustível. Duas vezes por semana, ele pega carona com um amigo para trabalhar. O lucro diminuiu também com a alta do gás de cozinha. “Cheguei a ficar sem trabalhar porque não tinha dinheiro para o comprar o gás. Tive de pegar emprestado com o vizinho para poder fazer dinheiro”, disse Silva.

## **Incertezas afetam política monetária, diz chefe do BC**

### **O Estado de S. Paulo**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a condução da política monetária fica mais complexa diante do momento de incerteza em relação à economia brasileira. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a condução da política monetária fica mais complexa diante do momento de incerteza em relação à economia brasileira.

“A gente tem todos os choques externos, choques internos, a crise hídrica, mais um ruído eleitoral, de fato isso dificulta”, disse Campos Neto. “Mas o BC tem de pensar que a nossa missão é atingir a meta, entregar a meta de inflação, isso é o elemento mais importante para garantir a estabilidade com crescimento sustentável de curto, médio e longo prazo.”

Segundo Campos Neto, o descolamento da inflação em relação à meta na época em que a Selic atingiu a mínima histórica, em 2%, é maior do que o observado hoje, quando o BC está em um ciclo de aumento de juros para perseguir a meta de IPCA de 2022. “Com os dados que a gente tinha naquele momento, a desancoragem para baixo em termos de magnitude era muito maior do que ela é para cima hoje. A gente está num exercício de olhar para o outro lado, entendendo essa inércia, os diversos choques”, afirmou.

O presidente do BC disse que a melhor forma de lutar contra as dificuldades de calibragem da política monetária é explicitar essas dificuldades e atuar com uma comunicação eficiente para o mercado. Afirmou que a diferença entre projeções de inflação do mercado e do BACEN parte de questões sobre ritmo de fechamento do hiato do produto e inércia inflacionária. Campos Neto afirmou que a incerteza fiscal de curto prazo no País vem de uma associação de propostas como o novo Bolsa Família. Segundo

o presidente do BC, há uma avaliação de que a ampliação do programa social deve ser feita em um contexto de respeito ao regime fiscal. Campos Neto disse que existe uma consciência de que aumentar gastos com o Bolsa Família pode ser contraproducente caso a incerteza gerada supere o benefício do dinheiro injetado na economia. “Lembrando que não temos recursos públicos para sair da crise com investimentos públicos. Temos de ter investimentos privados.”

Segundo Campos Neto, as surpresas para cima nos índices de inflação têm sido observadas em grande parte do mundo, com pressões disseminadas tanto nos preços ao consumidor, quanto nos custos de produção. “O grande exercício agora é saber qual é a passagem dessa inflação que veio do produtor para o consumidor”, disse Campos Neto. “Existe um movimento de reprecificação de inflações para a frente, com as inflações mundiais subindo e algumas que estavam encontrando uma estabilidade voltando a subir recentemente, como Alemanha e Inglaterra.” Campos Neto disse que os gargalos na economia global, com produção limitada e demanda maior, têm piorado. O presidente do BC citou o fechamento de fábricas de carros no Brasil por falta de componentes. Ele ressaltou que a escassez de semicondutores que atinge o setor automotivo é a pior desde 1996. O presidente do BC também mencionou que a economia mais digitalizada, com maior demanda por equipamentos de trabalho eletrônico, pode criar uma mudança estrutural de demanda por bens.

Para Campos Neto, os efeitos da escassez hídrica no País ainda parecem estar mais relacionados a impactos sobre preços do que a um risco de racionamento. “A gente ainda entende que é mais um tema de preço do que de racionamento, porque, se a gente tem uma chuva, ainda que seja abaixo da média, os reservatórios ficam acima de 10%, isso não implica racionamento”, disse. Segundo Campos Neto, a adoção da bandeira vermelha 2 para o consumo residencial e, mais recentemente, da bandeira “escassez hídrica” causam impactos no IPCA. O presidente do BC disse que a eletricidade tem elevado as projeções de inflação de 2021 e influenciado também as expectativas para o ano que vem.

## **Moody's ainda não vê deterioração institucional**

### **Reuters**

O diretor-geral da Moody's no Brasil, Carlos Prates, afirmou que a agência de classificação de risco não considera que há deterioração institucional no País dentro da lógica de atribuição da nota do Brasil ou da capacidade de pagamento do governo. “A gente ainda não está num ponto em que pode dizer que essa deterioração está acontecendo”.

Segundo ele, as manifestações do presidente da República, Bolsonaro, geram ruído no momento pré-eleitoral sem mudar a percepção com relação ao risco de crédito do País. Ele afirmou que a percepção é de que as instituições do Brasil – e, em especial, o Poder Judiciário – são fortes. O executivo afirmou que a agência não considera nenhuma probabilidade de que não haja eleições presidenciais no País em 2022. “Isso é um cenário muito extremo, acho que a gente estaria caminhando para um cenário no qual a nota (de crédito) nem faz mais sentido, seja qual for”, afirmou. “Isso é algo que poderia afetar a nota do Brasil, da América do Sul, dos emergentes de uma maneira geral, mas a gente não trabalha com esse cenário.”

O economista para o Brasil do Barclays, Roberto Secemski, disse ser difícil estimar o impacto da crise hídrica no Produto Interno Bruto (PIB), mas que uma redução entre 0,5% e 1,0% já seria suficiente para um “Pibinho” em 2022, com crescimento na casa de 1%. “Muito em função não só da restrição hídrica, mas da consequência sobre a confiança. O preço de energia afeta todos os setores, principalmente a indústria”, afirmou. O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, pondera que há uma possibilidade de alta no PIB do próximo ano, associada a uma diminuição dos riscos fiscais internos.

## **Crédito é trunfo dos grandes bancos na briga que se acirra com as fintechs**

### **Broadcast**

Em um cenário de maior competição bancária com a chegada do open banking, que permitirá que os clientes autorizem o compartilhamento de seus dados com



instituições financeiras, os grandes bancos deverão usar o crédito como “escudo” para a ofensiva das fintechs sobre seus clientes. Dinheiro, as grandes instituições já têm: os ativos totais das cinco gigantes do mercado – Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – chegam a R\$ 7 trilhões. Agora, chegou a hora de aplicar tecnologia e inovação no negócio, para garantir uma “sintonia fina” nas liberações.

Além dos desafios tecnológicos, incluindo a conexão entre as instituições financeiras para o compartilhamento desses dados, os bancos terão de definir o nicho em que são mais competitivos, diz o diretor da área bancária da consultoria alemã Roland Berger, João Bragança. “As ofertas de crédito precisam ser customizadas, e o desafio será esse. Serão necessárias escolhas”, diz. Um dos pontos-chave, para Bragança, é o foco na faixa de clientes na qual o crédito é um trunfo: a renda média, que precisa de financiamentos para automóveis e residências, por exemplo. “Os bancos precisam olhar para suas fortalezas, os nichos que alcançam e trabalhar esses segmentos. Terão de olhar para cada segmento, e brigar para preservar a base de clientes”, frisa Bragança. É necessário que os bancos se preparem para um contexto de maior concorrência para não perder dinheiro para as fintechs.

De acordo com o especialista da consultoria alemã, os grandes bancos têm a vantagem de já terem uma oferta organizada de crédito para a classe média. Esse é um segmento menos atrativo para as gigantes de investimentos, como XP e BTG, que devem continuar focadas na alta renda. Já a baixa renda, segundo a Roland Berger, deve ser atraída pelos bancos digitais, que oferecem contas gratuitas e serviços de pagamento.

Além disso, é muito difícil para uma fintech ou plataforma conseguir prover crédito no nível dos bancos, dada a necessidade de capital robusto. Presidente da Xsfera, assessoria de negócios especializada na indústria financeira, Fausto Ferraz de Arruda aponta que os bancos têm funding (captação de recursos) muito barato, principalmente por meio do depósito à vista, nome dado para o dinheiro que o cliente deixa parado na conta-corrente.

Com o open banking, o cliente de um banco poderá ser constantemente assediado e tentado a levar seu dinheiro a um concorrente. Por isso, especialistas apontam que, se os bancos não melhorarem o leque de produtos e investirem na

experiência digital dos clientes, os recursos migrarão – como já ocorreu no caso dos investimentos.

É importante o olhar dos bancos em relação aos próprios clientes – algumas instituições já começaram a adequar produtos ao perfil do cliente e ajustar para cima o limite do cartão de crédito, antes que um concorrente o faça. Outro trabalho é evitar que o consumidor não seja incomodado por propostas que não têm relação com seu perfil: hoje, é comum pessoas de alta renda receberem ofertas de crédito consignado ou clientes que não têm carro serem impactados por propaganda de seguro de automóvel. Para Jean Lopes, diretor da Fitch, o open banking acelera uma agenda que já estava nas mãos dos grandes bancos: a segmentação de seus clientes. “Será um jogo em que vale o poder de adaptação de cada banco, com foco na experiência do cliente. É isso que vai fidelizar”, diz

## **Open banking aumentará competição no mercado**

### **Broadcast**

O open banking, já realidade em outras regiões do mundo, como União Europeia e Reino Unido, entrou em sua segunda fase de implementação no Brasil, na qual teve início o compartilhamento de dados cadastrais e transacionais sobre serviços bancários, como contas e crédito. Todo o compartilhamento é feito apenas com o aval do cliente. Esse processo será concluído apenas em 2022. A última fase vai incluir o compartilhamento de informações entre produtos de investimento. Nesse novo ambiente de competição, executivos de grandes bancos ressaltam entre seus diferenciais, além da capacidade de crédito, a segurança.

No Itaú Unibanco, segundo o diretor Marcos Cavagnoli, responsável pelo open finance na instituição financeira, até 2022 a transformação digital do banco seguirá evoluindo, com cada vez mais informações na nuvem. “Isso quer dizer mais velocidade e uma infraestrutura elástica, características geralmente atribuídas a uma fintech”, comenta. Nesse ambiente mais competitivo, ele reforça que, além da prateleira de produtos e serviços, o crédito é um dos trunfos do Itaú. “Diria que temos uma combinação de fatores a nosso favor: expertise em segurança, privacidade, análise de dados e inteligência artificial, por exemplo”.

Líder do projeto open banking do Banco do Brasil, Karen Machado afirma que, para o cliente que tem conta em mais de um banco, o compartilhamento dos dados ajudará os bancos a entender melhor a vida financeira dos clientes e a oferecer produtos mais ajustados a cada perfil. “Poderemos ser mais assertivos no crédito. O open banking só não seria uma oportunidade para os grandes bancos se eles não estivessem olhando para isso”, diz.

Conforme Machado, o banco poderá traçar também o perfil de um cliente que não tem comprovação de renda, mas que tem receitas em outras instituições. Com isso poderá passar a oferecer – ou a melhorar – seu perfil de crédito. Ela frisa que, além do crédito e da cesta de produtos completa, a segurança é uma fortaleza para os grandes bancos.

A proposta do open banking é proporcionar uma igualdade de condições para as instituições financeiras em termos de ofertas, o que deve aumentar a concorrência entre elas e garantir melhores oportunidades para o consumidor. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), “os clientes vão ter maior conveniência e facilidades e poderão optar por melhores ofertas e oportunidades de crédito e serviços existentes no mercado, como já ocorreu com outras ferramentas, como mobile banking e internet banking. “A competição é fundamental para o setor bancário. Nós a estimulamos em todos os níveis”.

## **Com ‘custo verde’, obra na Califórnia encarecerá**

### **New York Times**

A Califórnia é líder entre os Estados americanos no combate às mudanças climáticas por meio de estímulos ao uso de energias renováveis e carros elétricos. Agora, ela está assumindo um desafio ainda mais difícil – reduzir as emissões de lares, empresas e outras instalações que precisam de aquecimento, ar-condicionado e energia.

Neste mês, autoridades reguladoras da Califórnia atualizaram o código de construção civil do Estado para exigir que novas residências e edifícios comerciais sejam equipados com painéis solares, baterias e fiação necessária para abandonar os aquecedores alimentados por gás natural e dar lugar a bombas de calor movidas a eletricidade. Especialistas em energia qualificam a alteração na lei como uma das mais

abrangentes atualizações ambientais em legislações que regem construções de imóveis já propostas por uma agência governamental.

Mas alguns especialistas em energia e construções alertam que a Califórnia pode estar querendo demais, rápido demais e concentrando o foco no objetivo errado – as novas construções, em vez do universo muito maior das estruturas já existentes.

O principal receio é de que essas novas exigências aumentem os elevados custos de construção no Estado, tornando as novas residências inacessíveis para famílias de classe média e baixa, que não conseguem pagar com tanta facilidade os custos iniciais de construções que utilizam energia e equipamentos de aquecimento mais amigáveis ao meio ambiente – que tipicamente acabam pagando por si mesmos com o tempo, em razão da economia nas contas mensais que ocasionam. Uma residência média para uma família na Califórnia custa mais de US\$ 800 mil (por volta de R\$ 4,1 milhões), em comparação a cerca de US\$ 360 mil (R\$ 1,8 milhão) no restante do país, e empresas pagam mais por aluguel em cidades como San Francisco e San Jose do que em qualquer outra cidade americana.

Uma razão de esses custos serem mais elevados no Estado é que não estão sendo construídas residências o suficiente lá, algo que legisladores tentaram abordar na semana passada, ao avançar com um projeto de lei que pretende permitir mais de uma residência por terreno. Incluir painéis solares e baterias nas estruturas de novas residências pode elevar o custo das construções em US\$ 20 mil (R\$ 103 mil) ou mais. Isso pode não ser importante para alguém que esteja construindo uma casa de US\$ 1 milhão (R\$ 5,1 milhões), mas pode significar um fardo pesado para uma família que pegou emprestado algumas centenas de milhares de dólares para comprar sua residência.

“Você vai ver o impacto disso nos preços de aluguel de escritórios. Você vai ver o impacto disso no preço do leite no supermercado”, afirmou Donald J. Ruthroff, um dos diretores do Dahlin Group Architecture Planning, em Pleasanton, Califórnia.

A ideia central da novidade no código de construção civil da Califórnia, que deverá vigorar a partir de 2023, é reduzir e, por fim, eliminar dos edifícios o uso de combustíveis fósseis, como gás natural, substituindo-os por energia gerada por fontes renováveis, como painéis solares, turbinas eólicas e usinas hidrelétricas. É difícil fazer

essa mudança porque milhares de residências e edifícios comerciais precisam ser modernizados. Por esse motivo, a Califórnia está começando com os prédios mais fáceis de alterar — os que ainda não foram construídos. “A urgência em relação às mudanças climáticas aumentou”, afirmou Andrew Mcallister, integrante da Comissão de Energia da Califórnia, que desenvolveu e aprovou as alterações no código de construção civil.

O presidente Joe Biden também fez do combate às mudanças climáticas uma prioridade. Seu governo afirmou este mês que os Estados Unidos precisam triplicar ou quadruplicar o ritmo anual de implantação da energia solar à rede elétrica do país para eliminar emissões na produção de eletricidade até 2035. Isso elevaria a geração de energia solar de atuais 3% da produção para 40%.

Chris Ochoa, conselheiro sênior de normas e assuntos regulatórios e legislativos da Associação da Indústria da Construção Civil da Califórnia, afirmou que as construtoras apoiam os esforços para mitigar as mudanças climáticas. Mas ele acredita que também é necessário fazer mais para reequipar os edifícios já existentes. Há 14 milhões de residências na Califórnia, um número esmagador em relação às 100 mil autorizações de construção que as empresas do setor protocolam anualmente para novos imóveis residenciais no Estado. “A gente tem que se concentrar é nas habitações existentes”, afirmou. “É lá que nosso investimento renderia mais.”

## **Home office agrada, mas jornada pesa**

### **O Estado de São Paulo**

Mercado de trabalho. Pesquisa da FEA/USP e da FIA mostra que cresceu entre os brasileiros o desejo de manter o trabalho remoto, mesmo depois da pandemia – passou de 70%, no ano passado, para 78%; mas 23% relatam jornadas de até 70 horas semanais

Pelo menos 73% das pessoas que aderiram ao home office estão satisfeitas com esse modelo de trabalho, mas se preocupam com o aumento da jornada, mostra pesquisa da FEA/USP e da FIA. Quase metade dos entrevistados diz trabalhar mais de 45 h semanais.

Antes da pandemia, o home office era uma realidade de poucas empresas, mas um pedido frequente de diversos trabalhadores. Com a covid19, o modelo se tornou uma necessidade para os negócios continuarem operando. Um ano e meio depois dos

primeiros lockdowns em todo o Brasil, o trabalho remoto se mostra muito bem avaliado pelos trabalhadores. Uma pesquisa realizada pela FEA-USP e pela Fundação Instituto de Administração (FIA) mostra que a intenção dos brasileiros de permanecerem trabalhando em casa só cresce – ao mesmo tempo em que relatam ter uma jornada de trabalho muito maior do que a estipulada em contrato.

De acordo com o levantamento, 73% das pessoas estão satisfeitas com o trabalho de casa. Mas esse número cresce para 78% quando se considera a intenção de manter a mesma rotina após a pandemia, ante 70% no ano passado. Já o número de trabalhadores que querem voltar aos escritórios diariamente caiu de 19% para 14%. O percentual dos indiferentes também recuou, de 11% para 8%.

“As pessoas estão muito satisfeitas. Esperávamos até um indicador um pouco abaixo, mas elas estão valorizando muito ficar em casa”, afirma André Fischer, professor da FEA e coordenador da pesquisa. Para completar, 81% dos entrevistados afirmaram que a produtividade, trabalhando de casa, é maior ou igual à da atividade presencial.

Apesar das avaliações positivas, muitos funcionários dizem estar trabalhando mais horas de casa do que se estivessem no escritório. Com a economia de tempo do deslocamento, muitos acabam começando a trabalhar mais cedo – e se desligando mais tarde. Dos entrevistados pelas instituições de ensino, 45% estão trabalhando acima de 45 horas. Desse número, 23% afirmaram que trabalham entre 49 e 70 horas por semana, enquanto 6% falaram em volume acima de 70 horas semanais. A legislação trabalhista estabelece, salvo casos especiais, que a jornada convencional de trabalho seja de 44 horas semanais.

“É um dado impressionante e que pode interferir bastante na questão da saúde mental das pessoas. Eu mesmo estou trabalhando mais horas do que antes”, diz Fischer. “Por estarem conectados o tempo inteiro, muitos acabam trabalhando também o dia inteiro.”

Dados do Ministério do Trabalho mostram que o número de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais cresceu na pandemia. A concessão de benefícios para problemas psicológicos chegou a 291 mil em 2020, um número 20% maior do que o registrado em 2019. E o excesso de trabalho, segundo especialistas, colaborou para a piora.

Gabrielle Cristófar, gerente de experiência do consumidor da startup de saúde mental Zenklub, afirma que se adaptou muito bem ao home office por ser disciplinada em seus horários, tanto de trabalho quanto de descanso. Ela tem horário de início e de término, e faz uma hora de almoço todos os dias – as vezes, sai até para andar de bicicleta nesse horário. Deu o horário do fim do expediente, ela desliga o computador.

“Temos de ter o autoconhecimento dos nossos limites. É tentador acordar e começar a trabalhar ou almoçar em frente ao computador para adiantar as coisas, ainda mais com a glamourização do workaholic, mas não quero passar por problemas de novo”, diz Gabrielle, que teve uma crise de burnout há dez anos.

Até para evitar que esse tipo de problema aconteça entre os seus funcionários, a Zenklub, que oferece pacotes de psicoterapia para o mercado corporativo, também dá o benefício para os empregados. Eles têm direito a quatro sessões por mês com psicólogos, e também há desconto para os familiares aderirem ao serviço.

Outras empresas estão no mesmo caminho. Desde 2018, o Nubank conta o serviço NuCare, que oferece benefícios de ajuda psicológica, planejamento financeiro e assistência jurídica por telefone aos seus funcionários. Como condição extra, o benefício foi estendido para pais e mães de funcionários. “Percebemos que as pessoas precisavam desse tipo de suporte adicional, especialmente por causa da pandemia”, diz Deborah Abisaber, diretora de diversidade e de suporte a pessoas do Nubank.

Muito se discute sobre o home office, após multinacionais adotarem o modelo de forma definitiva. O mercado entra neste debate como se essa fosse a realidade da maioria dos trabalhadores, quando na verdade só 11% dos brasileiros trabalharam em suas casas em 2020, conforme dados da Pnad Covid-19 analisados nas duas últimas Cartas de Conjunturas divulgadas pelo Ipea em julho e setembro de 2021. Os levantamentos e as análises mostram que o retrato do trabalho remoto é composto majoritariamente por mulheres, pessoas brancas e escolarizadas, o que distancia o modelo da realidade de grande parte dos brasileiros.

A primeira nota foi divulgada pelo Ipea em 15 de julho com o objetivo de mensurar o trabalho remoto no País. Para isto, foram utilizados os dados da Pnad Covid-19, colhidos de maio a novembro de 2020. Dentre os 83 milhões de pessoas ocupadas

no ano passado, 74 milhões (88,9%) continuaram trabalhando normalmente e 9,2 milhões (11,1%) foram afastadas. Dentre os que continuaram ativos, 8,2 milhões estavam em home office (11% da população total ocupada e não afastada).

“Em termos de potencial de mercado de trabalho, estimávamos que fosse 16% da população em trabalho remoto. A média é de 11% no País. Concordo que existe um gap, mas não é tão grande assim comparado a outros países”, diz Geraldo Goés, do Ipea. “Entendemos que são características laborais de cada atividade. Algumas são mais propícias ao trabalho remoto, como profissionais da educação, gerentes, tomadores de decisão.”

O professor de MBAs da FGV Mauro Rochlin vê os números do home office como expressivos. “Há um alto número de pessoas empregadas no setor agrícola, na indústria. A maior parte não está no setor administrativo, e sim no chão de fábrica. É claro que essa indústria tem parte no administrativo, mas a maior parte se concentra no setor produtivo.”

O perfil do trabalhador remoto é marcado por uma maioria feminina (56,1%), branca (65,6% são brancos e brancas), com Ensino Superior completo (76,6%) e majoritariamente no setor privado (63,9%). “A maioria dos trabalhadores do home office está no setor administrativo, que normalmente tem pessoas com um maior nível educacional”, diz Rochlin. “Se você olhar a composição da população de nível superior, é muito desigual se comparada com a maioria da população brasileira (negra). A presença de pretos e pardos entre a população com Ensino Superior é menor do que quando fazemos um comparativo com a população no geral. Já que o trabalho remoto é feito majoritariamente na área administrativa (que exige maior nível educacional), a expectativa é de maior presença de brancos e brancas.”

A professora Carla Diéguez, socióloga do trabalho e coordenadora do curso de Sociologia e Política da FESPSP, concorda. Entre esses benefícios e regalias, estão equipamentos, completa Geraldo Góes. Foi o caso da startup de benefícios de saúde Pipo, que colocou todos os funcionários em home office e adotou a medida como definitiva.

No setor privado, segundo a pesquisa, destacam-se no trabalho remoto serviços (14,5%), educação (10,3%) e comunicação (7,7%). Já no setor público, as áreas com



maiores índices de trabalho remoto são administrações públicas (14,4%), empregados dos governos estaduais (13,9%) e empregados do governo federal (7,8%). Atividades que ficaram abaixo da média nacional são agricultura (0,6%), logística (1,8%) e alimentação (1,9%).

“De forma geral, a nossa economia não se situa em serviços de alta tecnologia e produtividade. Ainda somos sustentados pela commodity, pelo setor agrário e por serviços de baixo valor agregado”, diz Carla Diéguez. Há no estudo do Ipea um recorte por regiões. A maior concentração de pessoas em trabalho remoto está no Sudeste (58,2%), com 4,7 milhões de trabalhadores. A região é seguida pelo Nordeste, com 16,3%, e pelo Sul, com 14,5%.

A participação de pessoas pretas ou pardas no trabalho remoto é menor em todas as unidades federativas. No Rio de Janeiro, por exemplo, 52,5% das pessoas ocupadas e não afastadas são negras, mas compõem só 34% dos trabalhadores em home office.

## **Caixa Tem será usado para R\$ 10 bi em microcrédito**

### **Broadcast**

A Caixa Econômica Federal vai usar o aplicativo Caixa Tem, criado para facilitar a distribuição do auxílio emergencial, para conceder microcrédito a cerca de 100 milhões de pessoas físicas. Serão empréstimos de R\$ 200, R\$ 300, com juros muito baixos. A taxa de 1,09% ao mês cobrada na modalidade saque-aniversário do FGTS pode servir de referência. É a tal “revolução do mercado financeiro” que o presidente do banco, Pedro Guimarães, anunciou na última semana. A divulgação deve ser feita nos próximos dias, com a presença do presidente Bolsonaro, claro. Mas os empréstimos só começarão a ser liberados depois da última parcela do auxílio emergencial, prevista para outubro. O limite para os financiamentos está sendo avaliado em até R\$ 3 mil por CPF.

A nova linha deve contar inicialmente com R\$ 10 bilhões e pode chegar a R\$ 20 bilhões, caso haja demanda. Os recursos são do lucro da própria Caixa. O governo espera atrair apoio a Bolsonaro e sepultar de vez o episódio Febraban. Depois de iniciar a semana ameaçando deixar a federação, Caixa e Banco do Brasil recuaram, com a

divulgação de uma nota na qual a Febraban declarava que não assinaria o manifesto da Fiesp, apesar de reafirmar o apoio à pacificação entre os três Poderes da República.

Segundo uma fonte do governo, “foi uma nota ensaboada”, mas que serviu para pôr fim ao impasse. O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, participou da negociação para chegar a um desfecho menos traumático. Já o presidente da Caixa ficou de fora.

O Caixa Tem brindou o banco com milhares de usuários, que serviram de base para a proposta de criação do microcrédito. Eles se tornaram ‘clientes’ da Caixa compulsoriamente para ter direito ao auxílio. Em 2020, o app idealizado para ajudar a população a ter acesso à transferência de recursos do governo foi o mais baixado do País, com mais de 300 mil downloads. O banco terá de fazer uma campanha para explicar a esses novos ‘clientes’ que o dinheiro a ser liberado não é mais uma doação. São recursos que serão devolvidos com juros.

A taxa é baixa e se trata de um crédito que esses usuários dificilmente conseguiriam mas, para muitos, o app e o auxílio sacado no caixa foram a primeira experiência de bancarização - e são sinônimos de apoio gratuito do governo.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do  
Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação – Sedet**  
**Fone: (85) 3444.2900**  
**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
<b>Ceará</b>	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
<b>Nordeste</b>	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
<b>Brasil</b>	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
<b>Abertura</b>	41.167	49.078	47.641	66.099
<b>Fechamento</b>	60.103	18.328	15.794	21.012
<b>Total</b>	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
<b>Ceará</b>	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.